



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 17/2020

Período: 23/05/2020 - 29/05/2020

GEDES – UNESP

- 1- General Augusto Heleno divulgou nota contra decisão de ministro do Supremo Tribunal Federal
- 2- Militares ocuparam diversos cargos do Ministério da Saúde
- 3- Fernando Haddad comentou relação entre militares e partidos de centro
- 4- Hospital militar do Amazonas foi alvo de ação do MPF
- 5- Ministério da Defesa solicitou ao Ministério da Economia recursos para a atuação na pandemia
- 6- Portaria que triplicou o limite de aquisição de projéteis foi assinada por um general exonerado
- 7- Vídeo a favor de intervenção militar ganha popularidade em redes sociais
- 8- Generais da cúpula ministerial entram em negociações com “centrão”
- 9- Periódico comentou declarações de Bolsonaro em reunião ministerial
- 10- Eduardo Bolsonaro defendeu atuação das Forças Armadas como “poder moderador”
- 11- Colunista comentou impopularidade de Bolsonaro e decorrente aceno às Forças Armadas
- 12- Santos Cruz comentou a relação entre os militares e a política brasileira

1- General Augusto Heleno divulgou nota contra decisão de ministro do Supremo Tribunal Federal

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), divulgou nota no dia 22/05/20 em que critica o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello. Heleno afirma ser "inconcebível" e "inacreditável" a decisão de encaminhar à Procuradoria-Geral da República (PGR) três "notícias-crime" pedindo que o celular do presidente da República, Jair Bolsonaro, seja apreendido e periciado. Segundo o jornal, a atitude de Mello, que não passaria de uma praxe dos trâmites legais, foi classificada na nota do general Heleno como uma “afronta” ao Poder Executivo, configurando uma “interferência inadmissível” que “poderá ter consequências imprevisíveis para a estabilidade nacional”. De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a nota, em tom de ameaça, foi autorizada por Bolsonaro e chancelada pelos ministros militares que despacham no Palácio do Planalto. Em editorial, *O Estado* publicou que considera a nota de Heleno como "inconcebível e inacreditável", sendo sintomático o esclarecimento do ministro

do STF de que ninguém está acima da lei, nem mesmo o presidente da República. O jornal afirma ainda que a nota ameaça com uma ruptura institucional e que, ao fazê-lo, Heleno elevou à categoria de comunicação oficial do GSI “os libelos golpistas que circulam nas fétidas redes sociais bolsonaristas”. O texto concluiu afirmando que o ministro colabora para que suas opiniões pessoais sejam confundidas com as das Forças Armadas e urge que os comandantes militares se manifestem desvinculando-se destes posicionamentos, ou então “correm o risco de ver sua imagem, duramente reconstruída depois de 20 anos de ditadura, atrelada a um governo que flerta dia e noite com a ruptura”. Entretanto, segundo a *Folha*, o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, afirmou concordar com a nota publicada por Heleno, alegando que a harmonia entre os Poderes seria uma “via de mão dupla”. Para a *Folha*, a fala de Azevedo poderia indicar o desconforto da ala militar do governo com as ações do STF em relação ao governo Bolsonaro. Segundo *O Estado*, após a repercussão do texto divulgado, Heleno afirmou que a nota era “genérica”, “neutra” e que houve “distorção” de suas palavras. O vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, reforçou o discurso de Heleno ao alegar que está “fora de cogitação” a possibilidade de ameaças às instituições. (Folha de S. Paulo - Poder - 23/05/20; O Estado de S. Paulo - Política - 23/05/20; O Estado de S. Paulo - Notas e Informações - 23/05/20; Folha de S. Paulo - Poder - 24/05/20; O Estado de S. Paulo - Política - 29/05/20)

2- Militares ocuparam diversos cargos do Ministério da Saúde

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, ao menos 21 militares foram recentemente nomeados para ocupar postos no Ministério da Saúde, incluindo cargos estratégicos em áreas especializadas de assistência em saúde. De acordo com o levantamento realizado pelo periódico, a maioria destes militares é do Exército e ocupa cargos de direção e coordenação, não possuindo experiência prévia na área da saúde. O restante dos alocados integra pastas mais técnicas, que costumavam ser ocupadas por pessoas especializadas no tema. Ainda segundo a *Folha*, há expectativa de que mais militares venham a assumir cargos do Ministério, com base numa portaria publicada pelo Comando do Exército no Diário Oficial da União em 04/05/20 que passou à disposição 17 oficiais – dos quais apenas 11 já foram nomeados. Conforme previsto, desde a chegada do general Eduardo Pazuello como ministro interino, a pasta da Saúde recebeu outros 20 militares. No dia 21/05/20, Pazuello afirmou que os militares ocuparão os cargos temporariamente, sendo substituídos no prazo de 90 dias. Segundo *O Estado*, o ministro interino planeja nomear um militar para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, responsável pelo estudo de novos produtos e diálogo com a indústria farmacêutica. (Folha de S. Paulo - Equilíbrio e Saúde - 23/05/20; O Estado de S. Paulo - Política - 25/05/20)

3- Fernando Haddad comentou relação entre militares e partidos de centro

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o ex-candidato à presidência da República e ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, comentou a relação entre militares e indicados do “centrão” em cargos-chave do governo federal. Haddad afirmou que a convivência entre esses dois setores indicaria que os militares, assim como os partidos de centro, não possuem um projeto de país, e que sua adesão “parece marcada por ambição pessoal, em

alguns casos, ou por mera simpatia pelo caráter manifestamente autoritário do governo". (Folha de S. Paulo - Editoriais - 23/05/20)

4- Hospital militar do Amazonas foi alvo de ação do MPF

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Hospital de Guarnição de Tabatinga, no estado do Amazonas, gerido pelo Exército e que atualmente atende a 4 das 20 cidades do país com maior incidência de Covid-19, foi alvo de uma ação civil pública protocolada pelo Ministério Público Federal (MPF), pela Defensoria Pública da União (DPU) e pelo Ministério Público do Amazonas. A ação pede melhorias estruturais, mencionando em seu texto que vieram a óbito 16 dos 33 pacientes com pedidos de transferência do hospital até 12/05/20. De acordo com a *Folha*, o sistema que administra a transferência de pacientes em estado grave para Manaus não faz atualizações sobre o estado de saúde de indígenas da região atendidos na instalação. No dia 20/05/20 a justiça federal determinou, em caráter liminar, que o hospital preste serviço "universal e igualitário, independentemente da classificação do público como civis (inclusive, indígenas) ou militares, enquanto perdurar o cenário de calamidade pública do coronavírus". (Folha de S. Paulo - Equilíbrio e Saúde - 23/05/20)

5- Ministério da Defesa solicitou ao Ministério da Economia recursos para a atuação na pandemia

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Ministério da Defesa solicitou ao Ministério da Economia cerca de R\$ 520 milhões para a ampliação da atuação na pandemia de coronavírus. O documento feito pelo Ministério da Defesa descreve como podem ser utilizados tais recursos: cerca de R\$ 68 milhões para o emprego de aeronaves e R\$ 37,7 milhões na contratação de serviços de manutenção. (Folha de S. Paulo - Painel - 24/05/20).

6- Portaria que triplicou o limite de aquisição de projéteis foi assinada por um general exonerado

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a portaria que triplicou o limite de aquisição de projéteis, publicada em 23/04/20, foi assinada pelo general de brigada Eugênio Pacelli Vieira Mota, já exonerado do cargo de diretor de Fiscalização de Produtos Controlados. Por meio da norma, que teria partido do presidente da República, Jair Bolsonaro, o general autorizou via e-mail pessoal o aumento de 200 para 600 projéteis permitidos anualmente por registro de arma de pessoa física. No dia 22/04/20 houve uma reunião com ministros, divulgada apenas em 22/05/20, na qual Bolsonaro teria solicitado ao ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva e ao ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, a publicação de uma portaria que aumentasse o acesso a munições. De acordo com *O Estado*, existem documentos oficiais do Exército que confirmam que o parecer do ex-diretor foi elaborado em menos de 24 horas. Além disso, a portaria interministerial 1.634, que contou com a assinatura dos ministros, foi embasada nos pareceres de Mota e de Fernanda Regina Vilares, chefe da Assessoria Especial de Assuntos Legislativos, do Ministério da Justiça. Este último parecer ter sido um "ok" por meio de mensagem no aplicativo Whatsapp. O Diário Oficial da União de 25/03/20 informou a ida de Mota para a reserva. O Ministério da Defesa se manifestou em nota, informando que apesar do ex-diretor ter sido exonerado, transmitiu o cargo apenas em 16/04/20, ou seja, após a emissão do parecer. Segundo Flávio de Leão Bastos, professor de Direito Constitucional da

Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Escola Superior de Advocacia da OAB-SP, um servidor ao ser exonerado perde juridicamente a capacidade de praticar sua função, tornando sem efeito qualquer ato praticado. (O Estado de S. Paulo - Política - 24/05/20)

7- Vídeo a favor de intervenção militar ganha popularidade em redes sociais

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, foi compartilhado em aplicativos de trocas de mensagens um vídeo que chamava a população para se mobilizar a favor de uma intervenção militar. O vídeo classificava a Constituição Federal de 1988 como socialista e pedia para que a população ocupasse as frentes de quartéis para declarar apoio aos militares para que, assim, ela fosse “ouvida”. O narrador do vídeo, que não foi identificado, pedia, dentre outros, a liberação de armamentos. (Correio Braziliense – Política – 25/05/20)

8- Generais da cúpula ministerial entram em negociações com “centrão”

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, ministros militares estão negociando cargos com representantes eletivos dos partidos de centro. O ministro Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, comanda as negociações, em prol de deter a iminência de um processo de impeachment contra o presidente da República, Jair Bolsonaro. Além dele, o ministro da Casa Civil, Walter Braga Netto, eventualmente participa de algumas das negociações. O desconforto causado na ala militar pela crescente influência de generais no cenário político é justificado pelo argumento de obediência - cumprir ordens do comandante-em-chefe, de acordo com a disciplina das Forças Armadas. No “centrão”, porém, essa atitude dos militares é tida como normal, figurando como “lenda” a ideia de que militares não possuem experiência política. Ramos foi inclusive elogiado por alguns dos deputados envolvidos pela forma direta como conduz as propostas. De início, parlamentares do centro estavam distantes do governo Bolsonaro - algo reforçado pela postura do antecessor de Ramos, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz. O presidente inclusive teria sugerido o termo “aliança de centro-direita” para amenizar eventuais efeitos da repercussão das novas alianças. (O Estado de S. Paulo - Política - 26/05/20)

9- Editorial comentou declarações de Bolsonaro em reunião ministerial

Em editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* analisou o modo como o presidente da República, Jair Bolsonaro, fez alusão ao artigo 142 da Constituição Federal, que estabelece as diretrizes que regem as atividades militares, na reunião ministerial de 22/04/20, cujo vídeo foi exibido por autorização do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello. O periódico considerou polêmico o modo enfático como Bolsonaro tratou da ordem jurídica e do regime democrático, e ponderou que o presidente passou a ideia de que as Forças Armadas estariam constitucionalmente autorizadas a intervir em qualquer instante, por convocação presidencial. Essa análise foi depreendida a partir de um trecho da reunião em que o presidente indaga: “Nós queremos fazer cumprir o artigo 142 da Constituição. Todo mundo quer fazer cumprir o artigo 142 da Constituição. E, havendo necessidade, qualquer dos Poderes pode, né? Pedir às Forças Armadas que intervenham para restabelecer a ordem no Brasil”. O *Estado* presume que o motivo que levou Bolsonaro a citar o artigo 142 relaciona-se às primeiras linhas do dispositivo, que definem as Forças como instituições nacionais que se destinam à defesa da Pátria, à garantia dos poderes

constitucionais e da lei e da ordem. O periódico considera que a declaração passou a mensagem de que as Forças seriam uma espécie de poder moderador, capaz de resolver impasses institucionais e arbitrar conflitos entre os Poderes, e que, se essa foi realmente a intenção de Bolsonaro, o mesmo fez uma interpretação absurda do artigo 142. Destacou-se que o dispositivo não prevê, em nenhum momento, a possibilidade de “intervenção militar constitucional” ou qualquer perspectiva de que o Senado, a Câmara dos Deputados e o STF possam ser fechados pelos militares, quando conclamados pelo presidente da República. Por fim, foi salientado que o artigo constitucional não confere à autoridade presidencial o poder de convocar as Forças Armadas por ato próprio e exclusivo, para garantir a lei e a ordem, sublinhando que outros dispositivos conexos da Constituição ratificam que as Forças não estão legalmente autorizadas a agir sem o endosso dos poderes constitucionais. (O Estado de S. Paulo - Opinião - 27/05/20)

10- Eduardo Bolsonaro defendeu atuação das Forças Armadas como “poder moderador”

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o deputado Eduardo Bolsonaro, filho do presidente da República, comentou em entrevista sobre a atuação das Forças Armadas na política brasileira como um “poder moderador”, afirmando que seria natural que a população recorresse à instituição caso estivesse insatisfeita com o Supremo Tribunal Federal (STF). Bolsonaro citou o golpe de 1964 como exemplo de “clamor popular” para diminuir problemas entre os três Poderes. Em resposta, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou que os militares têm responsabilidade e sabem que o seu papel não é aquele muitas vezes é defendido pelo deputado. (Folha de S. Paulo - Poder - 29/05/20)

11- Colunista comentou impopularidade de Bolsonaro e decorrente aceno às Forças Armadas

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, Bruno Boghossian comentou sobre a impopularidade do governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmando que ele recorre a “tanques” e às redes sociais. Segundo o colunista, para manter seu poder, Bolsonaro “passou a fazer acenos ainda mais frequentes às Forças Armadas e lançou ameaças abertas de intervenção militar”, discursando favoravelmente a uma ação fardada sobre o Supremo Tribunal Federal (STF). (Folha de S. Paulo - Coluna - 22/05/20)

12- Santos Cruz comentou a relação entre os militares e a política brasileira

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro-chefe da Secretaria de Governo, afirmou que as instituições militares são de Estado e não de governo, e por isso não devem participar de assuntos políticos, de mesmo modo que um militar da reserva não fala por qualquer uma das instituições militares - que são representadas pelos seus comandantes. O ex-ministro comentou sobre a presença dos militares na história do Brasil, como na educação e ciência, mas que “foi no regime militar que as Forças Armadas decidiram, acertadamente, sair da política e ater-se ao profissionalismo de suas funções constitucionais”. (O Estado de S. Paulo - Política - 22/05/20)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Cristiano Manhães (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Zavaliski Mano (Redator, graduando em Relações Internacionais); Julia Ribeiro Dos Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Larissa Barroso Cangerana (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Léa Briese Staschower (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Victória Balmat Silva Neto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).